

ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.  
A REALIZAR, NA SEDE SOCIAL, NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012,  
PELAS 10.00 HORAS

PROPOSTA  
DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
RELATIVA  
AO  
PONTO SEGUNDO DA ORDEM DOS TRABALHOS

O Conselho de Administração da F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido do exercício, no montante de 3.297.958,12 €, seja aplicado como segue:

Reserva legal	164.897,90
Reservas livres	1.081.743,50
Distribuição de dividendos	2.051.316,72
	-----
	3.297.958,12
	=====

Porto, 22 de Março de 2012

O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA F. RAMADA INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.  
A REALIZAR, NA SEDE SOCIAL, NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012,  
PELAS 10.00 HORAS

PROPOSTA  
DO  
ACCIONISTA  
PROMENDO, SGPS, S.A.  
RELATIVA  
AO  
PONTO TERCEIRO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROMENDO, SGPS, S.A., na qualidade de accionista titular de 2.040.500 acções representativas de 7,96% do capital social e dos direitos de voto da **F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS S.A.**, propõe aos Senhores Accionistas que manifestem a sua confiança à gestão e fiscalização dos negócios sociais durante o exercício de 2011, aprovando um voto de louvor e confiança na forma como foram geridos e fiscalizados os negócios sociais durante o exercício de dois mil e onze.

Lisboa, 23 de Março de 2012

-----  
O Conselho de Administração

**ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA F. RAMADA INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.  
A REALIZAR, NA SEDE SOCIAL, NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012,  
PELAS 10.00 HORAS**

**PONTO QUARTO DA ORDEM DOS TRABALHOS**

**PROPOSTA DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES  
RELATIVA À  
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO  
DOS  
ÓRGÃOS SOCIAIS**

No seguimento da declaração aprovada pelos Senhores Accionistas na Assembleia Geral Anual ocorrida em Maio do ano passado, a política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da **F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.** para o ano de 2012, obedecerá àqueles mesmos princípios, a seguir indicados, com uma única alteração relativa ao período de cálculo da remuneração variável de médio prazo fixada à Administração Executiva, período de cálculo esse alterado para o triénio 2011 – 2013, assim alinhando com o período do mandato para que os mesmos foram eleitos:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Para o estabelecimento do valor da remuneração individual de cada administrador será tido em conta:

- As funções desempenhadas nas diferentes subsidiárias
- A responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual
- O conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função
- A situação económica da empresa
- A remuneração auferida em empresas do mesmo sector e outras sociedades cotadas na NYSE Euronext Lisboa

A remuneração global fixa da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os 750.000 euros por ano.

**1. Administração executiva**

- Componente fixa, valor mensal pago 14 vezes por ano.
- Componente variável de médio prazo.

Destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos accionistas e será calculada cobrindo o período de 2011, 2012 e 2013, correspondente ao período do mandato para que foram eleitos, tendo como base:

- Retorno total para o accionista (valorização de acção mais dividendo distribuído)
- Somatório dos resultados líquidos dos 3 anos (2011, 2012, e 2013)
- Evolução dos negócios da Sociedade e do Grupo

O valor total da componente de médio prazo não pode ser superior a 50% da remuneração fixa auferida durante o período dos 3 anos.

## **2. Administração não executiva**

A remuneração individual de qualquer administrador não executivo não pode ultrapassar os 70.000 euros/ano, tendo carácter exclusivamente fixo.

### **CONSELHO FISCAL**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

### **ASSEMBLEIA GERAL**

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

### **REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

### **COMPENSAÇÃO PELA CESSAÇÃO DE FUNÇÕES ANTES OU NO TERMO DOS RESPECTIVOS MANDATOS**

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respectivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

### **ABRANGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS**

Os princípios a que obedecem as políticas de remuneração e compensação constantes da presente declaração abrangem não só o conjunto das remunerações pagas pela F. RAMADA INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. mas também as remunerações que aos seus membros Conselho de Administração sejam pagas por sociedades por ela directa ou indirectamente controladas.

Porto, 2 de Março de 2012

**A Comissão de Remunerações**

**ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA F. RAMADA INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.**  
**A REALIZAR, NA SEDE SOCIAL, NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012,**  
**PELAS 10.00 HORAS**

**PROPOSTA**  
**DO**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RELATIVA**  
**AO**  
**PONTO QUINTO DA ORDEM DE TRABALHOS**

Propõe-se que a Assembleia Geral autorize o Conselho de Administração a adquirir e alienar acções próprias na Bolsa de Valores dentro dos limites legais e nos seguintes termos e condições:

**Um – Aquisição de acções próprias:**

- a) o número máximo de acções próprias adquiridas não pode ultrapassar dez por cento do capital social;
- b) o prazo durante o qual vigorará esta autorização não poderá exceder dezoito meses a contar da presente data;
- c) as acções próprias serão sempre adquiridas na Bolsa de Valores;
- d) os preços, mínimo e máximo, de aquisição serão, respectivamente, oitenta por cento e dez por cento da cotação do fecho da sessão imediatamente anterior ao dia em que se efectuar a operação.

**Dois – Alienação de acções próprias:**

- a) o número mínimo de acções a alienar é de cem acções;
- b) o prazo durante o qual vigorará esta autorização não poderá exceder dezoito meses a contar da presente data;
- c) as acções próprias serão sempre alienadas na Bolsa de Valores;
- d) o preço mínimo de alienação por acção será o equivalente a noventa e cinco por cento da cotação do fecho da sessão imediatamente anterior à data da operação.

Porto, 22 de Março de 2012

O Conselho de Administração

**ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA F. RAMADA INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A.**  
**A REALIZAR, NA SEDE SOCIAL, NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012,**  
**PELAS 10.00 HORAS**

**PROPOSTA**  
**DO**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RELATIVA**  
**AO**  
**PONTO SEXTO DA ORDEM DE TRABALHOS**

Deliberar sobre a alteração parcial do contrato de sociedade para efeitos da sua adaptação às alterações ao Código dos Valores Mobiliários introduzidas pelo Decreto-lei nº 49/2010 de 19 de Maio e às recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, designadamente sobre a alteração da redacção dos artigos 10º nº4 e 12º b) do contrato de sociedade.

**Considerando:**

- as alterações ao Código dos Valores Mobiliários introduzidas pelo Decreto-Lei nº 49/2010 de 19 de Maio (que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva 2007/36/CE, de 11 de Junho – Directiva dos Direitos dos accionistas), que obrigam a sociedade a alterar, parcialmente, o seu contrato de sociedade por forma a adaptar a regra nele prevista quanto à convocação da Assembleia Geral às novas disposições legais,
- a necessidade de harmonizar prazos previstos em certas disposições estatutárias,

**Propõe-se que seja deliberado:**

Aprovar a alteração parcial do contrato de sociedade, designadamente, a alteração da redacção dos artigos 10º nº4 e 12º b):

nos termos seguintes :

**"Artigo 10º"**

1. [...]
2. [...]
3. [...]

4. Os accionistas poderão fazer-se representar por quem para o efeito designarem, devendo comunicar tais representações ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.
5. [...]
6. [...]

**“Artigo 12º”**

A Assembleia Geral será convocada pelo presidente da mesa ou por quem suas vezes fizer:

- a) [...]
- b) Sempre que a reunião seja requerida pelo conselho fiscal ou por um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, dois por cento do capital social.

Porto, 22 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO